



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 19/2017

DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA: 22/11/2017

INÍCIO DA REUNIÃO: 15,00 horas

TERMINUS DA REUNIÃO: 18,30 horas

MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO QUE COMPARECERAM À REUNIÃO:

PRESIDENTE: Sr. António José Rega Matos Recto

VEREADORES: Sr. David Manuel Palma Grave
Sr. David Manuel Fialho Galego
Sr. José Manuel Mendes Portel
Sr. Luis Fernando Gomes Faleiro

OUTRAS PESSOAS

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Arminda F. M. P. Barradas

Cargo: Coordenadora Técnica

FALTAS

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Operações Orçamentais: 2.605.461,49 €

Operações Não Orçamentais: 55.865,56 €



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

ABERTURA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Redondo, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Redondo, sob a Presidência do Senhor António José Rega Matos Recto (MICRE), na qualidade de Presidente, estando presentes os Senhores Vereadores David Manuel Palma Grave (CDU), David Manuel Fialho Galego (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP), José Manuel Mendes Portel (MICRE) e Luis Fernando Gomes Faleiro (PS).

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes, agradecer a presença dos munícipes na primeira reunião pública do mandato.

O Senhor Presidente da Câmara submeteu à apreciação a ata nº 18/2017, da reunião de 08/11/2017, não havendo propostas de alteração foi a mesma submetida à votação.

A ata nº 18/2017, foi aprovada por unanimidade e em minuta.

O Senhor Presidente da Câmara deu informação ao restante executivo, relativamente à situação da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), informou que já se realizaram 3 reuniões agendadas para eleição do Presidente da CIMAC. A lei define que é Presidente da CIM a força política com maior número de câmaras e, cumulativamente, com o maior número de eleitores. No caso da CIMAC, o PS tem o maior número de câmaras, tem 6, mas quem tem o maior número de eleitores é a CDU. Nem uma nem a outra reúne, cumulativamente, as condições de acordo com a lei. Perante isto, as duas forças políticas têm reivindicado a presidência da CIMAC e não tem havido



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

entendimento entre as duas forças políticas, para que seja eleito o presidente. A posição da Câmara Municipal de Redondo, perante os contactos que tem havido com o Presidente, quer por parte do PS, quer por parte da CDU, tem sido a de que haja um entendimento, de modo a que o órgão funcione durante os quatro anos sem sobressaltos. É este o ponto de situação que queria dar a conhecer, uma vez que, não é apenas a presidência da CIMAC que está em causa, é também a ADRAL, a GESAMB e mais umas quantas nomeações noutros organismos a nível distrital. Mais grave que isto, é que enquanto a situação não se resolver, estão parados, ao nível da CCDRA, uma quantidade de investimentos e candidaturas, e no que diz respeito à Câmara Municipal de Redondo, o valor ultrapassa os dois milhões de euros e neste momento está tudo parado e alguns a esgotar o prazo.

Uma outra questão que o Senhor Presidente da Câmara queria deixar em aberto aos Senhores Vereadores, para que pensem no assunto e posteriormente ser tomada uma decisão entre todos, tem a ver com uma reunião que teve no final da passada semana com o pároco de Redondo, este assunto já tinha sido referido aquando da visita do Senhor Arcebispo ao Redondo, em maio passado, e prende-se com o pedido de cedência dos edifícios das antigas escolas dos Foros da Fonte Seca e das Vinhas. O edifício dos Foros está a ser utilizado pela Associação das Marchas dos Foros, mas apenas precisam de uma sala, ficando a outra sala existente disponível. A escola das Vinhas apenas é utilizada, alguns dias por mês, pelo grupo da Dinâmica Sénior. O pedido do pároco é no sentido de serem cedidas as referidas instalações de modo a que possam realizar, de um modo regular, atividades relacionadas com o serviço religioso, uma vez que, tendo sido ordenados dois diáconos, a igreja tem condições de assegurar esses serviços, necessitando para o efeito de um espaço disponível.

O Senhor Vereador David Galego, interveio para referir que já tinha conhecimento da situação, uma vez que o Senhor Padre, na missa do domingo das eleições, informou a população que havia um compromisso, por parte do Presidente da Câmara, de que esses espaços poderiam ser cedidos à igreja. Já teve oportunidade de comunicar ao Senhor



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

Padre que não foi o dia apropriado para transmitir essa informação, no entanto, enquanto católico praticante, a sua posição é no sentido de poder viabilizar essa situação.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não tinha conhecimento que tivesse sido dada essa informação no dia das eleições, pode adiantar que, durante a feira quinhentista, em junho, o Senhor Padre falou, informalmente, nesse assunto ao Presidente e a resposta foi que este período não era apropriado para tomar esse tipo de decisão, que era melhor aguardar que passassem as eleições.

O Senhor Vereador David Grave, referiu que se recorda que, no almoço que houve em maio, aquando da visita do arcebispo, o Senhor Padre falou dessa questão, não tem nada contra, contudo, considera que para a utilização destes espaços, que são da câmara, deve haver sempre um acordo escrito de modo a que, a todo o tempo que surja alguma iniciativa com mais interesse para a câmara, se possa usufruir dos espaços.

O Senhor Vereador Luis Faleiro, relativamente à informação dada sobre a situação da CIMAC, são questões políticas em que há muita coisa em jogo.

A questão da cedência dos espaços para a igreja, considera que não foi correta a posição do Senhor Padre, dar essa informação no domingo das eleições, no entanto, não tem nada contra a cedência do espaço, desde de que não seja como é habitual, que se empresta de boca e pouca coisa há escrita, isso cria o problema da falta de competência de ambas as partes. Concorde com a cedência, desde que haja um acordo escrito onde constem as devidas competências de ambas as partes e que se faça cumprir. Mais especificamente em relação ao edifício dos Foros da Fonte Seca, há uma associação de caçadores que já pediu uma das salas, há algum tempo, se entretanto a sala vai ser cedida à Igreja, deve-se encontrar uma alternativa para a Associação de Caçadores que já fez o pedido há bastante tempo sem que tenha tido resposta.



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador David Galego, perguntou relativamente aos assistentes operacionais das escolas, se o quadro está completo, se a questão da organização está perfeitamente assegurada, uma vez que tem surgido algumas situações que suscitam a dúvida de que o quadro poderá não estar completo.

No requerimento que entregou ao Senhor Presidente na última reunião, referia que entendia ser pertinente obter a informação das obras e ou serviços prestados que estão a decorrer, com fundos próprios do município, desde as pequenas reparações até obras maiores, seria de todo útil obter essa informação, inclusivamente, para desta forma poderem ter conhecimento do tempo gasto nas obras de melhorias habitacionais que são aprovadas em reunião de câmara, se estão a ser concretizadas por ordem de pedido, por ordem de aprovação, era de todo importante ter essa informação regular, para perceber como estão a ser canalizados os meios, quer financeiros quer de recursos humanos e perceber como as obras estão a decorrer. Necessita dessa informação para que, na manhã das quartas-feiras em que há reuniões de câmara, em que pretende fazer atendimento aos munícipes, possa analisar e aprofundar o andamento desses serviços.

Relativamente à aprovação, na última reunião, do cancelamento da empreitada reabilitação urbana, Zona A, julga que é a Zona que abrange o Largo do Valado, julga que, no projeto inicialmente aprovado, se verificariam algumas dificuldades na movimentação de viaturas, quer para as oficinas, quer para as garagens. Não sabe se na altura da elaboração do projeto foi feita uma audiência prévia aos munícipes, se foram chamados à discussão aquando da aprovação do projeto, porque pode inviabilizar, durante alguns meses, o normal funcionamento de determinadas atividades económicas, o que será feito, por parte do município, para que essa atividade económica não tenha problemas de viabilidade financeira durante esse período. Considera que a lógica desse processo de aprovações deve passar sempre por fazer uma análise, auscultar os munícipes que moram naquelas ruas e ter em conta que as empresas existentes, que são mais industriais, que a câmara lhes dê algum tipo de apoio e incentivo para as retirar do centro urbano e colocá-las nas áreas industriais.



MUNICÍPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

Questionou o Senhor Presidente sobre se, durante o ano de 2017, ainda que com o congelamento de carreiras e salários que existiu, se houve de facto aumentos salariais muito significativos, de 20% a 30%, no salário de alguns colaboradores, se houve situações concretas e qual o motivo dessa situação.

Disse que em visita ao posto da GNR, verificou-se que as condições, quer na parte externa, mas principalmente na parte interna, necessita de algum apoio na manutenção, pergunta se já chegou algum pedido à câmara, por parte do Comando Territorial, a pedir alguma colaboração ou se é um assunto que já esteja a ser estudado.

Disse que se continua a verificar, nesta altura, algumas situações de desperdício, perca de água, nomeadamente na rotunda junto ao Mini Preço, na rotunda do Bombeiro, onde se verifica a necessidade de algum melhoramento no sistema de rega de modo a evitar o desperdício que se verifica, tendo em conta o período de seca que se está a viver.

Por último, pergunta se já foi analisada a questão que colocou na última reunião, relativamente ao constrangimento existente na piscina coberta, no horário de saída das crianças e entrada das senhoras, adultas, se já conseguiu apurar alguma informação junto dos serviços.

O Senhor Vereador David Grave começou a sua intervenção reforçando a proposta que já referiu ao Senhor Presidente, na reunião que tiveram para preparação do orçamento, e que se prende com um prédio que a câmara poderia adquirir para instalação do posto de turismo ou Centro de Acolhimento ao Turista, trata-se de um prédio com uma boa localização, na Largo dos Combatentes da Grande Guerra, junto à Harmonia, com a área de cerca de 200 m², que se encontra à venda pelo valor de 45.00,00€, considera que se deviam envidar esforços para a aquisição do referido prédio para esse fim.

Perguntou se o antigo campo de futebol da Serra D'Ossa é propriedade de um particular e se nunca houve nada pensado, ou conversações, por parte da câmara, no sentido de adquirir e dinamizar aquele espaço.

Volta a perguntar relativamente à data prevista para a assinatura do ACEP, uma vez que se prevê que, se for assinado já em 2018, a questão das férias só produzirá efeitos no ano



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

seguinte e assim os trabalhadores perderão um ano das regalias previstas. Considera que o Senhor Presidente devia entrar em contacto com o STAL para providenciar a assinatura do acordo ainda no decorrer do ano de 2017.

Tal como tinham também falado, sobre a questão do piso do polidesportivo precisar de ser substituído e também da necessidade de colocar piso no ringue da Tapada Municipal, apresentou amostras de pisos, que têm 15 anos de garantia, para o Senhor Presidente poder analisar, na sua opinião é um investimento maior que a relva sintética, no entanto com maior durabilidade.

Já tinha referido também a necessidade das piscinas descobertas possuírem um balneário acessível a pessoas com mobilidade condicionada, considera que devia ser aproveitado este período, em que se encontram encerradas, para realizar as obras necessárias a esse fim, bem como outras obras de melhoramento e manutenção.

Deixa um alerta ou desafio para, entre todos se debruçarem sobre as dívidas de água dos consumidores ao município, uma vez que receberam a listagem solicitada referente às dívidas de água e verifica-se que continua com valores preocupantes. Na sua opinião deviam, todos juntos, no início do próximo ano debruçar-se sobre o assunto e tentar encontrar uma solução para que se possa vir a otimizar a cobrança destas dívidas.

Relativamente ao Parque Ambiental de Redondo, constou-lhe que o funcionário responsável pela abertura e encerramento daquele espaço já tratou do pedido para a reforma, por isso prevê-se que a autarquia tenha que encontrar uma solução para aquela tarefa, perguntou se já tem alguma resolução pensada para esse fim.

Solicitou a consulta ao projecto da 2ª fase da Zona A, aquando da aprovação, houve algumas alegações, mas havia a necessidade imediata de aprovar o mesmo para se poder submeter a candidatura, no entanto, há projectos que podem ser alterados e por isso solicita o acesso ao projecto.

Perguntou como está a decorrer a obra da Zona C, uma vez que tomou conhecimento que a Rua D. Maria Elisa da Silva Queimado está em fase de conclusão, mas já há funcionários da empresa que estão parados porque não vão dar início à Rua D. Arnilda e



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

Eliezer Kamnezeky sem que a outra esteja terminada, pergunta se esta situação se passa por indicação da câmara, o que foi acordado como empreiteiro.

Disse que junto à passadeira da Repsol está um poste de telecomunicações suspenso, que carece de resolução urgente.

Por último, informou que a proposta de Regulamento de Apoio à Natalidade, que na última reunião foi decidido adiar para esta reunião, em conversa com o Senhor Presidente, foi acordado entre os dois que o Regulamento ainda não estava em condições de ser submetido à aprovação, pelo que será submetido a uma próxima reunião.

O Senhor Vereador Luís Faleiro, começou a sua intervenção dizendo que traz também a questão já colocada pelo Vereador David Galego, referente ao posto da GNR, todos sabem que o edifício é municipal e está cedido à GNR, têm sido feitos alguns pedidos de melhoramentos interiores e exteriores, mas não têm sido concretizados, pergunta o porquê, uma vez que algumas situações são bastantes pertinentes, nomeadamente a questão de não terem água no primeiro andar.

Disse que a passadeira junto à Repsol tem falta de iluminação e causa alguma dificuldade aos automobilistas e põe em causa a segurança dos peões.

Traz novamente a situação da passadeira junto à Oficina das Ruas Floridas, há necessidade urgente de ser revista a passadeira, há urgência na colocação de um sinal visível de aproximação de passadeira. É um assunto que merece atenção imediata.

Disse que no anterior mandato foi aprovada a redução do valor da tarifa de resíduos sólidos às agro-pecuárias, até Setembro, pergunta está previsto o alargamento desse prazo e quantos pedidos foram feitos.

Também referente ao assunto já referido pelo Vereador David Grave, a questão das dívidas de água, os valores continuam altos, o assunto está a merecer, agora, alguma atenção por parte do Senhor Presidente, mas o facto é que tem que haver alguma celeridade em tratar determinados assuntos e este é um dos casos, não se pode deixar avançar mais. Têm que, todos juntos, tomar medidas imediatas.



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

Por último, solicitou informação do Gabinete de Ação Social sobre os processos e os pedidos, de melhorias habitacionais existentes e quais os que estão em lista de espera para serem executados e que já estão aprovados, uma vez que se são presentes à reunião de câmara pressupõe que há capacidade de resposta, no entanto, a informação que tem dos munícipes é que ficam muito tempo à espera que seja executado o serviço após a deliberação.

O Senhor Presidente da Câmara registou as sugestões e considerações, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Vereador David Galego, relativamente aos assistentes operacionais ao serviço da escola, a informação que tem é que o pessoal em funções pela autarquia é mais que suficiente para assegurar o funcionamento de toda a actividade escolar, asseguram não só o serviço que é competência da câmara, como também o que não é da competência da câmara, isto porque têm plena consciência que, se não fosse a câmara a assegurar o serviço de apoio à escola e às famílias, a bem das crianças, o funcionamento daquele Centro Escolar seria péssimo. O pessoal que está nos Centros Escolares é suficiente para o normal funcionamento.

A informação referente às actividades, em especial ao nível de obras, será fornecida.

Quanto à obra da Zona que envolve o Largo do Valado, o projecto foi aprovado em Reunião de câmara no anterior mandato, para se poder candidatar, na última reunião foi anulada essa aprovação de candidatura, pelas razões explicadas, sendo ao mesmo tempo deliberado tornar a candidatar, tudo isto na sequência de uma conversa do Senhor Presidente com a unidade de gestão da CCDRA, tendo em conta os fundos disponíveis. Entretanto, o projeto vai sofrer alterações e virá a uma próxima reunião para ser aprovado. Aquando da elaboração dos projectos, não havendo uma reunião informal com os moradores, a indicação que foi dada aos técnicos, porque todos estes projectos são feitos pelos técnicos da câmara, a indicação é que vão falando com os moradores e têm sido detectadas algumas situações e que são previstas no projecto. O projecto está a ser alterado, no entanto, a proposta é para manter os dois sentidos.



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

Em relação às empresas, é evidente que já não há muitas dentro da malha urbana, porque houve um esforço por parte da autarquia para as levar a instalar-se na Zona Industrial, continua a haver um esforço para a tentativa de transferir para a Zona Industrial as que ainda aqui se encontram, obviamente que nem todas as pessoas aceitam e a câmara não os pode obrigar, nada pode fazer quanto a isso.

A questão dos aumentos salariais, seria bom se os descongelamentos se tivessem iniciados há 3 ou 4 anos e seria óptimo que o congelamento dos descongelamentos de carreiras não tivesse existido, no entanto, graças ao partido o Vereador David Galego, os trabalhadores sofreram essas penalizações, porque ele entendeu ser por essa via que devia equilibrar as contas do país, o que na sua opinião foi um erro, porque está provado que o que se investe na força do trabalho, vê-se o resultado na produção de 3 vezes mais trabalho. Essa medida foi errada, quando podiam ter retirado da banca ou das PPP, mas nunca deviam ter cortado no salário de quem trabalha, foi dos piores erros cometidos na governação do Passos Coelho. Tirou “o pão da boca” das pessoas. Obviamente que na Câmara Municipal de Redondo, não houve aumentos de vencimentos, porque não podia haver, por força da Lei, o que houve na Câmara de Redondo foi uma mobilidade interna de carreiras, de cinco funcionários e esses sim sofreram a alteração de vencimento resultante dessa mobilidade. Aumentos de 20% ou 30% não houve, nem podia haver. Apesar de considerar que todos os funcionários são mal pagos, com base na Lei, a Câmara de Redondo não lhes pode proporcionar aumentos.

O Senhor Vereador David Galego transmitiu que concorda que os vencimentos dos funcionários são efetivamente muito baixos, mas que seria ainda mais injusto que apenas alguns funcionários tivessem aumentos significativos quando a maioria não teve esse benefício.

O Senhor Presidente da Câmara, informou, relativamente à intervenção no posto da GNR, é evidente que há necessidade de uma intervenção, o assunto já foi falado, não só com o Sargento do Posto mas também com o Comandante Territorial. Há necessidade de levar a



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

água ao primeiro andar, há necessidade de repor o muro confinante com um vizinho e que caiu. Na sua opinião, quem ouve as intervenções dos Senhores Vereadores, fica com ideia que a câmara nunca fez qualquer intervenção no posto da GNR, mas a realidade é que, se o posto tem condições para funcionar, isso deve-se às intervenções feitas pela câmara. Sempre em articulação com o Comandante Territorial, a câmara disponibilizava o material e a GNR assegurava a mão-de-obra. Houve uma tentativa, por parte da câmara, de manter esta articulação, mas isso agora não é possível por que, neste momento a GNR não tem mão-de-obra disponível como tinha há uns anos e por isso tem que ser a autarquia a assegurar tudo, por isso, irá ser feita a intervenção quando houver possibilidade e disponibilidade. Pode informar que não são intervenções de grandes custos, mas são necessárias e está tudo articulado, quer com o comandante do posto, quer com o comandante territorial de Évora, uma vez que tem havido reuniões, onde são falados, não só estes assuntos, mas também outros, nomeadamente, a título de informação aos Senhores Vereadores, disse que, actualmente, não existe da parte da GNR a mesma disponibilidade para garantir a segurança nas iniciativas e actividades da câmara, qualquer serviço, em que a câmara requirite o serviço da GNR, tem que ser pago. A câmara paga tal como qualquer outra entidade que não seja pública, não há serviço gratuito por parte da GNR. Por último, informou que o edifício sendo propriedade da autarquia, está cedido ao Ministério da Administração Interna, por força da Lei, e essa cedência inclui a conservação e a manutenção do edifício, não é competência da Câmara Municipal de Redondo.

O Senhor Vereador José Portel referiu que é a câmara municipal que assegura a limpeza e manutenção de toda a zona exterior.

O Senhor Presidente, continuando a responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador David Galego, relativamente ao desperdício de água, já foram reduzidos os períodos de rega da relva e os arbustos e árvores deixaram de ser regados. Pode acontecer ter havido algum problema, uma avaria, num aspersor ou num programador e que



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

provoque algum desperdício de água, mas a câmara está atenta e o problema é logo resolvido. Pode informar que na rotunda em Montoito foram partidos os aspersores todos, num ato de vandalismo, tiveram que ser todos substituídos.

Quanto à questão do balneário da piscina coberta, deu indicação aos serviços para analisarem a situação.

Respondendo às questões colocadas pelo Vereador David Grave, disse que registou a sugestão para o Posto de Turismo, como já tinham falado, preferia outra solução, mas pode ser analisado o assunto.

O terreno do campo de futebol da Serra D'Ossa é de um particular, que, há uns anos pretendeu acabar com o campo de futebol, o Senhor Presidente falou com ele e vai-se mantendo, no entanto, atualmente não tem qualquer tipo de atividade.

Quanto à assinatura do ACEP, não há data prevista, poderá ser assinado ainda este ano, é uma questão de ser articulado.

Agradeceu a apresentação das amostras de piso para os polidesportivos.

Relativamente à questão do balneário da piscina descoberta, ficar registado, até porque já tinham falado sobre esse assunto.

A questão das dívidas de água, é um assunto sobre o qual todos têm que se debruçar, será mais uma das reuniões preparatórias a fazer.

Em relação ao pedido de aposentação do funcionário que está no parque ambiental, se entrou foi muito recentemente e não tem conhecimento disso.

Quanto ao projecto da 2ª fase da Zona A, já foi respondido.

Relativamente à obra da Zona C, que se encontra a decorrer, não se pode fazer intervenção nas ruas todas ao mesmo tempo, porque qualquer intervenção desta natureza causa um transtorno enorme aos moradores. Aquando do início da obra, foi acordado com o empreiteiro como se pretendia que fosse a execução da mesma, primeiro foi a questão das Ruas Floridas e nessa altura a obra teria que parar e serem concluídas as ruas acordadas, posteriormente, reiniciariam as obras na Rua D. Maria Elisa da Silva Queimado e quando esta estivesse numa fase final, entrariam na Rua D. Arnilda e Eliezer Kamnezeky, no sentido ascendente até ao cruzamento com a Rua do Norte, e só quando



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

esta estiver concluída passam para a parte de cima. Está a ser cumprido o que foi acordado com o empreiteiro. Pode informar que está agendada uma reunião, com o empreiteiro, para a próxima segunda-feira, para se acertarem alguns pormenores. Passa tudo por uma questão de programação, tendo em conta as intervenções que estão a ser feitas, de modo a prejudicar o menos possível os moradores das zonas intervencionadas.

A questão do poste de telecomunicações suspenso, junto à Repsol, a situação já foi comunicada à PT.

Respondendo ao Senhor Vereador Luís Faleiro, a questão do posto da GNR já foi respondida.

A falta de iluminação junto à passadeira da Repsol, fica registada.

A questão da passadeira junto à Oficia das Ruas Floridas, a obra não está fechada, não é só a questão da passadeira, há outros incumprimentos por parte do empreiteiro, que, antes da obra ser fechada tem que ser tudo dialogado e acertado, como é habitual com todas as empreitadas.

Quanto à deliberação da taxa de resíduos para as agro-pecuárias, poderá ser analisada e prorrogado o prazo.

Relativamente à lista de devedores de água, como já referiu, terá que passar por uma reunião entre todos e chegarem a um consenso de decisão sobre a forma de agir.

O Senhor Vereador Luís Faleiro interveio ainda para referir, relativamente o posto da GNR, todos sabem que o edifício é da câmara e, segundo a informação do Senhor Presidente, a manutenção e conservação é competência do Ministério da Administração Interna, mas tem-se verificado que a câmara tem feito algumas intervenções no espaço e deve continuar a fazer, não se pode por em causa o apoio dado, nem estar constrangido por não ser uma competência da câmara, porque tem que imperar sempre o bom senso. Ainda que agora tenham que ser pagos os serviços solicitados à GNR, o certo é que eles garantem o serviço. O Senhor Presidente disse que irá ser feita a intervenção quando houver disponibilidade, mas há situações que são urgentes e que não se podem arrastar. Para além do aspeto desolador que se vê agora, em frente ao posto, com o muro caído e o



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

ar de abandono devido à necessidade de limpeza, são situações que têm que ser vistas e tem que haver prioridades. Espera que a situação seja resolvida o mais breve possível.

O Senhor Presidente referiu que há um entendimento saudável entre a câmara e a GNR e é para manter. Faz questão de manter um bom entendimento com todas as instituições do concelho. Como já referiu, o assunto já foi tratado e falado com o Comandante do Posto e também com o Comandante Territorial, que entretanto mudou, mas que veio apresentar-se e falaram de variados assuntos entre os quais a intervenção no posto. Por isso, logo que seja possível, a câmara irá fazer mais uma intervenção no posto, com tem feito durante todos estes anos.

O Senhor Vereador David Grave interveio para questionar, relativamente à empreitada da Zona A, aquando da aprovação do projeto, foram levantadas algumas questões, nomeadamente as que estão agora a ser faladas e foi referido pelo Senhor Presidente que, caso fosse necessário, poderia haver alterações ao projeto.

Em relação aos requerimentos dos resíduos das agro-pecuárias, perguntou se na deliberação não constava que tinham que vir à reunião.

Por último referir que é com agrado que verifica que há muitos partidos a defender a questão do salário mínimo nacional, espera que na Assembleia da República não chumbem a proposta do PCP do salário passar para 600,00€, seria bom que reforçassem essa vontade junto dos respectivos organismos de direcção.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Decisões do Presidente
2. Processos de Urbanismo
3. Expediente
4. Proposta de Abertura de Procedimento de Classificação de Interesse Municipal
5. Atribuição de Toponímia



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

6. Dívidas de Água em Prestações
7. Subsídios
8. Tabela de Tarifas para 2018 (ponto proposto pelo Senhor Vereador da CDU)
9. Proposta de linhas orientadoras para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)
10. Criação da Redondivest (Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico) (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)
11. Projecto de Regulamento Municipal de Incentivos à Promoção e Captação do Investimento, à Criação de Empresas e ao Empreendedorismo: Programa de Incentivos “Redondivest” (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)

Decisões do Presidente

Presente a lista de pagamentos efetuados.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Processos de Urbanismo

Presente o processo de urbanismo nº 01/17, requerimento nº 697/17, para construção de uma moradia unifamiliar, em que é requerente Alex Anton Slusariet, residente em Redondo.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer técnico datado de 06/11/2017, aprovar o licenciamento.

Presente o processo de urbanismo nº 33/17, requerimento nº 631/17, para alteração de fachada do prédio sito na Rua Manuel Joaquim da Silva, 5, 5 A e 5 B, em Redondo, em que é requerente António Inácio Costa Azaruja, residente em Redondo.



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer técnico datado de 07/11/2017, aprovar o licenciamento.

Presente o processo de urbanismo nº 126/17, requerimento nº 702/17, em que é requerente João Sarnadinha Mértola, residente em Redondo, e solicita o parecer da Câmara relativamente à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 122, secção 33, Freguesia e Concelho de Redondo, por pretender doar o prédio à sua filha Espirituosa Marica Cabeça Mértola e à sua neta Laura Mértola Salomé Vieira.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer jurídico datado de 16/11/2017, aprovar emitir parecer favorável ao supra requerido.

Presente o processo de urbanismo nº 23/17, requerimento nº 688/17, para alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar, em que é requerente Joaquim Manuel Safara Franco, residente em Montoito.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer técnico datado de 14/11/2017, aprovar o licenciamento.

Presente o processo de urbanismo nº 44/17, requerimento nº 715/17, para legalização de uma moradia unifamiliar, em que é requerente José Francisco Ramalho Rosado, residente em Redondo.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer técnico datado de 16/11/2017, aprovar o licenciamento.

Presente o processo de urbanismo nº 115/17, requerimento nº 736/17, em que é requerente Luis Fernando Barahona Mira da Silva, solicitando o parecer relativamente ao número de comproprietários do prédio Courelas de Vale de Sobrados, artigo matricial 22, secção 45, Freguesia de Redondo, sobre o qual tem intenção de fazer doação aos seus três



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

filhos, sendo para isso indispensável o parecer da câmara relativo ao aumento de compartes.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer técnico datado 21/11/2017, dar parecer favorável à constituição de compropriedade nos termos solicitados.

Expediente

Presente um requerimento em nome da Associação do Grupo de Forcados Amadores de Redondo, solicitando uma licença especial de ruído para a realização da festa “Olé November”, a realizar no dia 25/11/2017, no Pavilhão de Exposições de Redondo.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta deferir o pedido e autorizar a realização da referida festa até às 04,00h do dia 26/11/2017.

Presente um requerimento em nome de Maria Teresa Laranjinho Nunes da Silva, solicitando autorização para a venda do Lote nº 73 da Zona Industrial de Redondo, pelo valor de 1912,50€, aos seus filhos Milene da Conceição Nunes da Silva e Adelino Manuel Nunes da Silva.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta autorizar a venda do lote nº 73 da Zona Industrial de Redondo, nos termos solicitados.

Proposta de Abertura de Procedimento de Classificação de Interesse Municipal

Presente o processo nº 129/17, em que é requerente Maria Luisa Gonçalves Palmeiro Lobato e vem solicitar a classificação do Prédio denominado “Herdade do Monte Branco”, como de interesse municipal.

O processo obteve o parecer jurídico que de seguida se transcreve:

*“Foram apresentados dois requerimentos a solicitar a classificação do prédio denominado **Herdade do Monte Branco**, descrito na Conservatória do Registo predial sob o nº 1723 e inscrito na matriz rústica sob o artigo 13 da secção 044 e na matriz*



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

urbana sob o artigo 1035 da freguesia e concelho de Redondo, como de interesse municipal.

Um dos requerimentos foi apresentado pelos atuais proprietários e o outro pelos, alegadamente, promitentes compradores.

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para o município (n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro)

É da competência da câmara municipal a classificação de um bem imóvel como de interesse municipal (n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro na redação do Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28/12 e alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.)

O n.º 2 do artigo 57 do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro na redação atualmente em vigor estabelece que «O procedimento de classificação de bem imóvel como de interesse municipal obedece, com as necessárias adaptações, ao disposto no capítulo ii»

O capítulo II trata do procedimento de classificação, prevendo dois importantes momentos: o de abertura e o de decisão final.

A decisão de abertura de procedimento deverá ser notificada, designadamente, ao requerente e à direção regional de cultura, devendo, ainda, ser devidamente publicitado por forma a dar conta a todos os interessados do seu curso permitindo, assim, a ampla participação no procedimento.

A classificação pelo município será antecedida de parecer obrigatório mas não vinculativo dos competentes órgãos e serviços do Estado, designadamente do IGESPAR.IP.

Não obstante a previsão do n.º 2 do artigo 9.º, uma vez que estamos no âmbito da administração local, a abertura de procedimento não tem de ser publicada em Diário da República, mas sim em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, na página da internet e em jornal regional que cumpra determinados requisitos, um dos quais não ser de distribuição gratuita (artigo



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

56º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), propõe-se que se opte (para além dos editais e página da internet) que a abertura seja publicada em Diário da República em substituição do jornal regional. Na verdade, fica assim garantida a devida publicidade e, pela experiência que temos, fica também de momento bastante mais económico, pois estima-se que este tipo de publicação em Diário da República não exceda os €40,00 (quarenta euros).

Uma equipa de técnicos municipais, coordenados pelo arqueólogo Rui Mataloto, procedeu ao levantamento e recolha de vários elementos.

De momento, encontram-se junto ao processo a certidão de registo predial, as cadernetas prediais e a memória descritiva e de salvaguarda, contendo fotografias e plantas do edifício (em escala reduzida).

Nestes termos, e se assim se entender, de acordo com os elementos recolhidos pelos técnicos, estão reunidos os elementos necessários para que a câmara municipal delibere proceder à abertura do procedimento de classificação.”

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer jurídico datado de 17/11/2017, aprovar a abertura de procedimento de classificação de interesse municipal.

Atribuição de Toponímia

Presente um requerimento em nome de Honório António Ratinho Casaca, residente em Redondo, solicitando a identificação da sua rua, conforme planta anexa ao requerimento, uma vez que a mesma não possui designação toponímica.

A Câmara Municipal deliberou por maioria e em minuta, com o voto contra do Senhor Vereador Luis Faleiro e restantes votos a favor, atribuir à rua identificada no requerimento, o nome de Rua da Abreira.

O Senhor Presidente da Câmara disse que entende que haja necessidade de uma comissão toponímia, criada ao nível da Assembleia Municipal e incluindo até alguns redondenses formados em história, representantes do comércio, etc, mas para situações como é o caso



MUNICÍPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

das localidades que carecem de nome para as várias ruas, agora para situações como estas, excepcionais, não lhe parece que haja necessidade de uma comissão.

Declaração de voto do Senhor Vereador Luis Faleiro

A atribuição de topónimos aos arruamentos é da responsabilidade da Câmara Municipal, refletindo a relevância histórica dos lugares solidificando a identidade cultural dos agregados populacionais, a atribuição e alteração dos topónimos deve rodear-se de um cuidado específico, pautando-se por critérios de rigor, coerência e seriedade, não devendo ser por critérios subjetivos ou fatores de circunstancia não aceitamos que a forma atual como são escolhidas as designações dos arruamentos sejam apresentados pelo senhor presidente sem critério.

Defendemos desde sempre a constituição de uma comissão municipal de toponímia, órgão consultivo da Câmara que deverá pronunciar-se nestes assuntos.

Pelo exposto e por coerência com o que temos vindo a referir por diversas vezes voto contra.

Dívidas de Água em Prestações

Presente um requerimento em nome de Nuno Miguel Rosado Fitas, consumidor nº 6542, solicitando autorização para o pagamento em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, do valor em dívida referente a 4 (quatro) faturas de água, no valor de 381,94 € (trezentos e oitenta e um euros e noventa e quatro cêntimos), sendo que às prestações serão acrescidos os respetivos juros de mora.

O Senhor Vereador David Grave referiu que a ultima fatura em divida que consta deste requerimento é referente ao mês 5, não entende por que razão só é feito o pedido ao fim de 6 meses.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que as notificações seguem após 2 meses em dívida, quando há apenas 1 mês em dívida, não segue notificação.



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador David Grave relativamente à lista de prestações de água que recebeu e, dado que, anteriormente a janeiro de 2017, não tinha qualquer responsabilidade, a partir dessa data, em que todos os requerimentos passaram a ser decididos em reunião de Câmara, passa a ter responsabilidade porque os vota favoravelmente. Perante isto, face à listagem apresentada, verifica que apenas dois consumidores que nela constam têm as prestações em dia, o resto todos têm prestações vencidas. Isto tem que ser analisado, porque há muitos incumpridores.

O Senhor Presidente, tal como já referiu, a questão da dívida da água tem que ser decidida entre todos, têm que reunir e analisar situação a situação, acertam-se as medidas e a partir daí comprometem-se todos, e no dia em que se tiver que ir cortar a água a um incumpridor crónico, mas que se chega lá e encontram-se em casa quatro crianças e a mais velha tem 10 anos, a responsabilidade não vai ser só do Presidente da Câmara, vai ser de todo o executivo.

O Senhor Vereador Luís Faleiro interveio para dizer que o que o Vereador David Grave referiu é o que se tem vindo a debater nos últimos quatro anos. O Senhor Presidente traz sempre o exemplo das crianças e das famílias carenciadas, mas esses são casos específicos que não impede que cumpram as suas obrigações porque há formas de as ajudar a cumprir as obrigações, o que se verifica nas listagens distribuídas, são aquelas situações que têm sido ignoradas. Há pessoas, nas listagens, que fornecem serviços à câmara, como é que o Senhor Presidente não resolve estas situações. A questão das dívidas de água é uma questão que o Senhor Presidente demonstrava que queria resolver, mas que não resolveu. Andou-se muito tempo a dar água aos munícipes do concelho e a não pagar a dívida à Abovigia, situação que se arrastou por muitos anos e que agora irá ter pagar. Esta situação tem que ser resolvida e se tem que passar por uma reunião para encontrarem, em conjunto, uma solução, então que se reúnam, mas, da sua parte, não assume a falta de competência dos mandatos anteriores e da falta de coragem para a



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

resolução deste problema. Durante os últimos quatro anos, os vereadores da oposição falaram imenso sobre isto, eram enganados, com mapas que referiam que os valores não eram os reais mas que o Senhor Presidente afirmava serem reais. Agora, faz fé, que os documentos que agora são entregues, são reais, porque agora o Senhor Presidente encontrou as pessoas certas para trabalhar nos serviços certos, agora só faz falta a coragem para resolver as questões, para bem de todos e para bem do concelho.

O Senhor Presidente referiu que os incumprimentos no pagamento da água não têm nada a ver com a dívida à Abovigia, a dívida à Abovigia foi uma decisão política, que não teve o desfecho que se esperava. O Ministério do Ambiente, na altura, definiu como prioridade o abastecimento público e por isso, foi decisão das duas Câmaras não pagar, porque se eram as Câmaras que captavam a água, que a tratavam e que a distribuíam, não viam razão para ter que a pagar. Continua a persistir a dúvida sobre quem é o dono da água, porque a associação não tem qualquer despesa com a água.

A questão da listagem de dívidas, torna a reforçar, têm que reunir, fazer uma análise da situação e tomar uma decisão, assumida por todos.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e tendo por base a informação do Serviço de Águas, autorizar o pagamento da dívida em 24 prestações mensais, conforme solicitado.

Subsídios

Presente a informação do serviço de águas, de acordo com a deliberação tomada na reunião de Câmara realizada em 27/07/2016, referente aos tarifários de água das associações, submete à consideração superior a informação sobre valores suportados pelas mesmas (valores pagos e até ao mês 9):

Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Redondo – ARPIR (100%) – consumidor – 7124 – 89,11€;

Sociedade Columbófila Asas Redondense – (100%) – consumidor 7195 – 10,77€;



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

Sociedade Filarmónica Municipal Redondense – (100%) – consumidor 7196 – 89,11€;

Associação dos Bombeiros Voluntários de Redondo – (100%) – consumidor 7122 – 1234,34€;

Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 655 – (100%) – consumidor 7382 – 46,75€;

Clube de Caça e Pesca (Campo de Tiro) – (100%) – consumidor 7230 – 23,46€;

Casa do Povo do Freixo – (30%) – consumidor 2439 – 64,07€;

Associação Desportiva e Recreativa de Santa Susana – (40%) – consumidor 7123 – 23,12€. (mês 6 e 7);

Centro Cultura e Recreio e desporto Foros da Fonte Seca – (100 %) – consumidor 7264 – 28,72€. (mês 1 a 8).

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta conceder às associações supra referidas, um subsídio no valor suportado pelas mesmas.

Presente um requerimento em nome de Maria Catarina Falé Siquenique, residente em Foros da Fonte Seca, solicitando o apoio da Câmara com material para pintura da sua habitação.

O Senhor Vereador David Galego relativamente aos processos da acção social, considera que devem ser acompanhados de um parecer mais clarificado, o técnico deve referir que os requisitos foram conferidos, que o pedido reúne os requisitos, a informação deve ser mais clara no parecer, porque o Vereador, para tomar uma decisão, precisa de uma fundamentação.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, quando os processos são presentes à reunião, é porque os técnicos já verificaram se reúnem as condições e o Senhor Presidente tem confiança nos técnicos desta casa. No entanto, irá dar indicação aos serviços para apresentarem os pareceres mais clarificados e fundamentados.



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL



O Vereador David Galego informou que também tem toda a confiança nos técnicos da câmara, pois caso contrário pediria para consultar os processos. Por princípio irá sempre votar favoravelmente a tudo o que são apoios sociais, pelo que, quando o município requer duas latas de tinta e só é concedida uma, ou quando pede mão-de-obra e é atribuída mão-de-obra e material, é importante que o técnico que faz a análise das necessidades dos apoios no local em concreto, apresente o seu parecer, para que os vereadores, que não vão ao local verificar cada situação, quando decidem não incorram em tomadas de decisão injustas para com os munícipes.

O Senhor Vereador Luis Faleiro refere, mais uma vez, porque este tipo de situação foi constantemente falada no anterior mandato, os processos já melhoraram bastante, mas podem melhorar muito mais. Olhando para este tipo de requerimento, tem dificuldades em analisar e deixam-lhe dúvidas tremendas.

O que é mais grave e também tem sido falado, é a diferença nos apoios, uma situação em que é concedida a reparação do telhado e outra situação que é concedida uma lata de 15 litros de tinta e são analisados da mesma forma, com base nos mesmos critérios. Para além disso, no parecer do processo da reparação do telhado, nem é feita a referência a quem foi verificar o telhado e a necessidade da reparação. É uma questão de responsabilização dos vereadores que têm que ter fundamentação para a decisão que vão tomar. Não é uma questão de desconfiar, é uma questão de terem uma base, uma fundamentação, para tomar uma decisão.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, a questão dos pareceres vai dar indicação aos serviços para virem mais clarificados e mais pormenorizados. Quanto à questão dos apoios concedidos, presta-se um apoio à população carenciada, conforme a necessidade, não se pode criar uma tabela, ou um tecto, porque se uma pessoa precisa de 15 litros de tinta e a outra precisa do telhado arranjado, o apoio não pode ter a mesma medida, o mesmo valor.



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer do Gabinete de Ação Social e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder 15 litros de tinta de água branca.

Presente um requerimento em nome de Maria do Rosário Carvalho dos Santos, residente em Montoito, solicitando apoio, com materiais para obras no anexo da sua habitação, que serve de arrumos.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer do Gabinete de Ação Social e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder 1 palete de tijolo de 11, 1 m³ de areia e 5 sacas de cimento.

Presente um requerimento em nome de Apolónia Delfina Proença Ribeiro, residente em Redondo, solicitando apoio, com mão-de-obra e material para reparação do telhado da sua habitação.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer do Gabinete de Ação Social e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder 2 sacas de cimento, 1 m³ de areia e 6 sacas de cal.

Presente um requerimento em nome de Carla Sofia Franco Fusco, residente em Redondo, solicitando o apoio, com mão-de-obra para reparação do telhado da sua habitação.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer do Gabinete de Ação Social e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder a mão-de-obra de um pedreiro e um servente durante oito dias.

Presente um requerimento em nome de Isabel Maria Branco Sesifredo, residente em Redondo, solicitando o apoio da Câmara para a colocação de estrutura de madeira ou em pré-esforçado, na sua habitação, ficando o material a seu cargo.



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e com base no parecer do Gabinete de Ação Social e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder a mão-de-obra de um servente e um pedreiro durante 3 dias.

Presente um requerimento da Associação de Reformados de Redondo, solicitando o apoio da Câmara para a realização do almoço de Natal que a associação pretende realizar no pavilhão de exposições no dia 9 de dezembro.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta e proposta do Senhor Vereador José Portel, conceder, a cedência do pavilhão, a mão-de-obra de duas funcionárias e um subsídio financeiro no valor de 500,00€.

Tabela de Tarifas para 2018 (ponto proposto pelo Senhor Vereador da CDU)

O Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência de conversa tida com o Vereador David Grave, encontrando-se já em fase de análise, a elaboração da tabela de tarifas face às indicações da entidades fiscalizadoras, nomeadamente a ERSAR, foi acordado, entre os dois, propor que este ponto seja adiado para uma próxima reunião.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o adiamento do presente ponto para uma próxima reunião.

Proposta de linhas orientadoras para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)

O Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência de conversa tida com o Vereador David Galego, e encontrando-se as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, em fase de elaboração, foi acordado, entre os dois, propor que este ponto seja adiado para a próxima reunião.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o adiamento do presente ponto para a próxima reunião.



MUNICÍPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

Criação da Redondivest (Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico) (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)

O Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência de conversa tida com o Vereador David Galego, foi acordado, entre os dois, propor que este ponto seja adiado para a próxima reunião.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o adiamento do presente ponto para a próxima reunião.

Projecto de Regulamento Municipal de Incentivos à Promoção e Captação do Investimento, à Criação de Empresas e ao Empreendedorismo: Programa de Incentivos “Redondivest” (ponto proposto pelo Senhor Vereador da Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD. CDS-PP)

O Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência de conversa tida com o Vereador David Galego, foi acordado, entre os dois, propor que este ponto seja adiado para a próxima reunião.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar o adiamento do presente ponto para uma próxima reunião.

Intervenção do público

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença dos munícipes presentes na primeira reunião pública do mandato. Recebeu inscrição dos munícipes interessados em apresentar questões.

O Senhor Presidente deu a palavra à D. Maria José Correia.

A D. Maria José Correia interveio para dizer que traz algumas questões, que já vem solicitando há algum tempo, noutras reuniões, em que pedia alguns dados e que nunca lhe foram cedidos, por isso, apresentou o pedido por escrito à câmara, para saber,



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

nomeadamente, a questão dos aumentos salariais que existiram, os contratos de várias associações que estão instaladas em edifícios da câmara, solicitou o inventário do material elétrico das Ruas Floridas, pediu a informação sobre a movimentação de viaturas da câmara, uma vez que nas reuniões de câmara as respostas que lhe foram dadas foram sempre pouco claras. Ficou admirada com as respostas que recebeu, disseram-lhe que não havia quadro de pessoal, e perguntaram-lhe por que razão fazia a pergunta, pelo que, tem a dizer que faz as perguntas, porque, como munícipe, tem o direito de saber e em nome da transparência gostava de saber as respostas dos pedidos que fez. Disse que o Senhor Presidente durante a campanha e no discurso da tomada de posse referiu que era tudo em nome da transparência e é por isso que quer saber, para ver se há transparência. Quer saber quais foram as pessoas que foram reclassificadas, quer ter acesso ao inventário do material elétrico das Ruas Floridas, porque qualquer pessoa tem direito a saber. Ficou nesta reunião a saber que a GNR está num edifício que é propriedade da câmara, segundo os seus conhecimentos, pergunta novamente, por que razão, estas instituições e associações não têm contrato, com direitos e deveres de cada parte. A Associação dos Trabalhadores do Município de Redondo não tem contrato, o Redondense Futebol Clube não tem contrato, Associação das Marchas do Foros da Fonte Seca pergunta se tem contrato, Sociedade Filarmónica Municipal Redondense se existe contrato. Perante isto, há da parte do município, a obrigação do Senhor Presidente de gerir os bens do Município e regularizar estas situações, por uma questão de transparência e de administração.

A questão dos veículos do estado que devem ser utilizados única e exclusivamente para exercer funções do estado e não funções particulares. Solicitou por escrito os movimentos da frota dos veículos da câmara, não lhe foi facultada a informação e remeteram para a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Não é isto que entende por transparência. Disse que fica chocada e espera que agora, sem a maioria, que os Vereadores da Oposição consigam pôr um ponto final a estas situações, porque são milhares de euros que fogem ao controlo.



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

Esteve hoje na Câmara a pedir a planta do saneamento básico antiga e a nova e disseram-me que não a davam, apesar do esgoto ser comum a todas as casas, a planta foi pedida porque precisa de saber onde ficou a sua caixa de esgoto após as obras na sua rua.

Falou com o Vereador Portel e não lhe resolveu a situação, é assim que se tratam os munícipes, tratam-se como cães, que foi como chamaram na campanha eleitoral. Isto é inadmissível, gostava de ser aqui tratada como uma pessoa normal, mas é destrutada.

Em relação ao pessoal há de facto subidas inaceitáveis aqui nesta Câmara e as pessoas falam por trás mas não falam nos sítios certos, porque nomeadamente as três filhas do Senhor Presidente foram todas aumentadas, ninguém é capaz de dizer mas a D. Maria José é capaz e afirma as “suas” três filhas foram todas aumentadas.

Não lhe forneceram o que pediu e por isso o Senhor Presidente agora está sujeito a ouvir o que não quer ouvir.

O Senhor Presidente informou a D. Maria José que a afirmação que fez e reafirmou, perante todas estas pessoas, é grave e como tal vai ter que comprovar no Tribunal a afirmação que fez de que as suas filhas foram todas aumentadas.

Relativamente às questões colocadas disse que sempre que a D. Maria José veio às reuniões, colocou questões e sempre lhe foram respondidas com delicadeza e com educação, sem qualquer tipo de acusação. Apresentou, por escrito, uma série de questões que o Senhor Presidente remeteu ao Gabinete Jurídico e as respostas foram dadas com base nos pareceres jurídicos, se não ficou satisfeita com as respostas dadas, pode ir apresentar queixa em como não recebeu as respostas que queria.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à D. Auta Filipe Pinheiro.

A D. Auta Filipe Pinheiro começou a sua intervenção dizendo que gostou de ouvir o Senhor Presidente dizer que, ao nível das escolas, a câmara ultrapassa as suas competências, a bem dos meninos que lá estão, por isso apresenta já uma questão que lhe foi dado conhecimento de que o ar condicionado da Escola Hernâni Cidade não funciona,



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

porque a escola não tem dinheiro para pagar a electricidade e as professoras começaram a pedir aos meninos para levarem mantinhas, há meninos que chegam à escola antes das 08h da manhã, e as salas estão um gelo. Sabe que não é competência da câmara, nem sabe o que a câmara poderá fazer nesse sentido, mas a bem das crianças, se a câmara puder fazer alguma coisa, as crianças agradecem.

Outra questão que já apresentou há algum tempo, ao encarregado e ao Senhor Vereador José Portel, é a questão do contentor do lixo, na sua zona, e que tinha o pedal avariado há muito tempo, entretanto já nem tem pedal, o pedal desapareceu, não pede um contentor novo, basta que aquele seja reparado, porque ultimamente, quando vai despejar o lixo tem que levar luvas ou então chegar a casa e ir desinfectar-se.

Apresentou, como sugestão, que seja alterada a localização das reuniões, uma vez que tinha uma amiga que era para a acompanhar e não pode vir porque tem deficiências motoras e não chega cá, as reuniões deviam realizar-se num local acessível a todos. A questão dos horários, também devia ser alterado para um horário mais acessível a quem trabalha. Em alternativa, deixa a sugestão, porque não transmitir em direto as sessões da Câmara e da Assembleia, uma vez que actualmente a grande maioria das pessoas utiliza as redes sociais e assim podiam assistir às reuniões, como aconteceu com a tomada de posse.

Tendo estado atenta à reunião e uma vez que se falou da toponímia e sinais de trânsito, pergunta se os sinais de trânsito que pontualmente se têm ido colocando, se estão homologados pela Assembleia Municipal. A questão da toponímia é competência da Assembleia Municipal ou Câmara Municipal.

Em relação à questão das dívidas de água, no seu caso, tem pagamento por débito direto, mas quando recebe as cartas vê o consumo, e no mês de outubro recebeu a carta e tinha 19 m³ de água, veio aos serviços e foi-lhe dito que era de uma outra casa, chamada casa do rendeiro, que não está habitada, mas onde é feita a limpeza regular, pediu o histórico e verificou-se que o consumo era sempre 1m³ e nos meses de julho e agosto era de 19m³. Apresentou uma exposição por escrito dirigida o Senhor Presidente, o funcionário do serviço de águas analisou a situação, deu informação ao Senhor Presidente e verificou-se



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

que o valor tinha sido pago indevidamente, pelo que, já recebeu um cheque com a devolução. Houve um erro, nos meses de julho e agosto e foi assumido que houve um erro, que não se passou apenas consigo, assistiu, enquanto aguardava pelo histórico, que três pessoas se apresentaram com a mesma situação. O que está mal, não sabe se são as indicações superiores, mas que está mal, era a resposta dada aos munícipes, que, se não pudessem pagar a pronto, podiam pedir o pagamento em prestações, se não pagarem corta-se a água, considera que isto não devia ser assim e não é o Senhor Presidente que tem que saber isto, são os funcionários que têm que saber analisar a situação, a pessoa, que se apresenta, porque teve muita pena de um senhor a quem deram esta resposta, não sabe se a pessoa ganhará o salário mínimo e não é dos devedores crónicos, este senhor pagou 128€. A um clique do computador, o Senhor Presidente consegue saber que nos meses de julho e agosto houve erro, era bom que se assumisse o erro, verificasse quem foi lesado e fazerem as respectivas devoluções a quem pagou a mais.

O Senhor Presidente referiu que a questão do corte de água tem que ser assumida por todos, mas o Senhor Presidente está salvaguardado pelo artº 21º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, por isso não é responsabilidade do Presidente, resulta do cumprimento da Lei. Depois é que vai ser vista a questão das pessoas necessitadas e aí é que a Câmara pode analisar as situações, agora os crónicos, que já são velhos e acabam por ser penalizados os cumpridores.

O Senhor Presidente da Câmara registou as sugestões e os alertas. Quanto às questões colocadas referiu, relativamente ao ar condicionado da Escola Hernani Cidade, a manutenção é da estrita competência do Ministério, no entanto, como exemplo, disse que a escola C+S tem um total de cerca de 400 alunos, aquela obra custou 15 milhões de euros, o ar condicionado daquela obra custou cerca de dois milhões de euros, na mesma altura, a Câmara faz um Centro Escolar para 370 alunos, com um equipamento de ar condicionado semelhante ao que está instalado na escola de cima, gastou cerca de dois milhões de euros, é fácil fazer as contas, em quanto ficou cada aluno ao Ministério de



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

Educação e em quanto ficou cada aluno à câmara. Agora a Escola não tem dinheiro para a electricidade, não tem dinheiro para ligar o ar condicionado, e não têm dinheiro porque o contrato programa que o ministério fez com a empresa, para fazer 150 escolas no país, faz com que as escolas, dentro da sua autonomia financeira, tenham uma renda a pagar à Parque Escolar, a obra é feita com fundos comunitários e fundos públicos e ainda arrendam ao ministério, com a agravante da renda ser calculada tendo por base a área em m², mas abrangendo também toda a área descoberta. Obviamente isto cria uma dificuldade acrescida à escola, porque tem que se optar, ou se paga a renda, ou se paga a eletricidade. Não basta o valor *per capita* por cada aluno, ficar mais caro 5 vezes, do que o investimento que a câmara fez, como ainda as escolas ficarem com um compromisso de pagar uma exorbitância de renda, e ficarem sem dinheiro para nada, nem para luz nem para a água, e a Câmara já está a suportar a electricidade do pavilhão porque ficou junto ao quadro do Centro Escolar e a Câmara está a suportar a parte pertencente à escola. O maior receio é daqui por 4 ou 5 anos, quando o edifício precisar de manutenção, quem é que vai garantir a manutenção daquele edifício. É por isso que o Ministério da Educação está a trabalhar numa descentralização para as autarquias, é para se tentar livrar destas situações.

Vai contactar a diretora, dizer que houve um pedido de análise da situação e tentar encontrar uma solução, porque há hipótese de pôr o ar condicionado a funcionar por partes, não precisa de funcionar no seu todo.

A questão do contentor vai ser analisada.

A sugestão da gravação das reuniões fica registada.

A questão da sinalização é competência da Câmara Municipal e nalgumas situações é do Presidente da Câmara.

Em relação ao problema da facturação de água nos meses de julho e agosto, não se tratou de um erro de leitura nem de programação, já teve oportunidade de dar essa informação aos Vereadores na última reunião, o que aconteceu, foi que o Senhor Presidente se deparou, este ano, com uma situação que ainda não se tinha apercebido que sucedia e que não vai voltar a suceder em que, devido ao período de férias, as leituras do mês de julho



MUNICIPIO DE REDONDO
CÂMARA MUNICIPAL

foram antecipadas uma semana e as do mês de agosto foram atrasadas uma semana, o que significa que foi faturado um maior período, a acrescer ao facto de se tratar de um período em que há maior consumo, em pleno verão. Já foi dada a indicação ao serviço de que a data das leituras têm que mantidas, devendo as férias ser devidamente articuladas para que nem o serviço e os munícipes não sejam prejudicados.

Informou que, neste momento, acima dos regulamentos estão as imposições da ERSAR e que tem força de lei, sob ameaças, a título de exemplo, todos os contadores têm que ser lidos duas vezes por ano, a pessoa até pode dar sempre a leitura e a leitura estar correta, mas o leitor tem que fazer a leitura duas vezes ao ano. Há uma série de imposições por parte da ERSAR, ao ponto de, no caso de não se responder às exigências dentro do prazo, haver corte nos duodécimos.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor António Joaquim Roque de Sousa.

O Senhor António Joaquim Roque de Sousa interveio para dizer que o Senhor Presidente aumentou funcionários da Câmara, foram aumentos políticos e pode dizer o nome de todos os que foram aumentados politicamente.

Voltou a vir às reuniões e pede que sejam transparentes, disse que devem tratar os trabalhadores todos de forma igual. Houve um trabalhador que pediu uma carrinha da Câmara para carregar lenha e não lhe foi emprestada e outros trabalhadores utilizam as viaturas da Câmara, fora de horas, para ganharem dinheiro. Tratem bem as pessoas que precisam e não façam discriminação entre as pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Rotilo Lopes.

O Senhor Rotilo Lopes interveio para dizer que nos edifícios do mercado deve mandar o executivo, no entanto, no mercado municipal, onde está a trabalhar há 12 anos, esteve lá o Vereador Portel, há uns meses, a dizer que o chão das casas de banho iam ser reparados



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

porque estão ruins e foi dada indicação para não o molhar porque tinha que estar bem seco, depois disso estive lá um pintor a tirar medidas e a ver o espaço e disse o mesmo, que o chão não podia ser molhado durante 3 dias, mas como a concessionária do café do mercado disse que não queria as casas de banho fechadas três dias, o chão continua até hoje sem ser reparado. Há torneiras, no mercado, que perdem água, deviam mandar lá um canalizador, há uma porta, do lado da peixaria, que só já se fecha de um lado, devia ser arranjada e sobre o chão não sabe o que a Câmara pretende fazer.

Outra questão, agradece ao Senhor Presidente que foi quem o trouxe para a Câmara, mas tem sido sempre sacrificado e discriminado, já cá está há 31 anos, desde 2005 que assumiu a responsabilidade do mercado a tempo inteiro, em 2006 levou uma chamada de atenção devido a queixas da senhora do café, que é prima do presidente. O Vereador David Galego falou dos vencimentos dos funcionários, as carreiras estão congeladas desde 2010, continua desde sempre com o mesmo vencimento, 621€ ilíquido, porque nem antes de serem congeladas, nunca foi contemplado com alterações retributivas.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Isidoro Almeida.

O Senhor Isidoro Almeida interveio para felicitar todos os eleitos e dizer ao Senhor Presidente que neste momento tem aqui uma grande equipa para colaborar com ele e dar um contributo para o Concelho de Redondo, pelo que sugeria que o Senhor Presidente recebesse esse contributo dos eleitos e que, para alguns assuntos do passado, colocassem uma pedra em cima deles e daqui para o futuro possam trabalhar em prol do Concelho de Redondo.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor Isidoro.

Em relação à intervenção do Senhor António Joaquim, não foram feitas perguntas, foram feitas algumas afirmações que irão ser averiguadas.

Relativamente à intervenção do Senhor Rotilo Lopes, a questão do mercado, não é porque a concessionária do café é sua prima que tem que ser protegida, não tem que ter



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

privilégios. A questão do vencimento, as carreiras estão congeladas desde 2008, por isso não tem havido progressões para ninguém, desde essa altura.

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Sr. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram 18,30 horas.

Alfonso José Paes Costa Neto

Renato Amador Bernardes

ENTIDADE	LISTA DE ORDENS DE PAGAMENTO	DATA	ANO	PAGINA
MR		2017/11/17	2017	1

ORDEM DE PAGAMENTO	ENTIDADE		DESCRICÃO	EMISSÃO		AUTORIZAC	PAGAMENTO
	Número	Contrib.		Data	Valor		
248	T P	501995064	AGROCIINCO - CONSTRUÇÕES , S.A.	0035-0000033230 CHQ-31004	2017/10/27	636,15	2017/10/31 2017/11/06
249	T P	513964460	ECIMOP - CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRAS PUBLICAS E PARTICULARES, ARQUITETURA E ENGENHARIA	0035-0000033230 CHQ-31006	2017/10/27	594,33	2017/10/31 2017/11/06
250	T P	600084779	AT - AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	21.211,00	2017/11/08 2017/11/14
251	T P	600084779	AT - AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	1.435,61	2017/11/08 2017/11/13
252	T P	600084779	AT - AUTORIDADE TRIBUTARIA E ADUANEIRA	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	92,83	2017/11/08 2017/11/14
253	T P	129075213	GABRIELA SOUSA MAGALHAES-SOLICITADOR DE EXECUCAO	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	39,16	2017/11/08 2017/11/14
254	T P	177847999	DAVID ROQUE	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	45,00	2017/11/08 2017/11/14
255	T P	513095918	Moreiras & Associados - Sociedade de Agentes de Execução Sp Rl	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	90,00	2017/11/08 2017/11/14
256	T P	241169771	PAULA PALA MARTINS	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	144,03	2017/11/08 2017/11/13
257	T P	509196217	AUGUSTO MONTEIRO & ABIGAIL MOREIRA - SOCIEDADE DE SOLICITADORES	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	19,66	2017/11/08 2017/11/13
258	T P	222500697	ARMANDA MAGALHAES - AGENTE DE EXECUCAO	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	80,00	2017/11/08 2017/11/14
259	T P	500715505	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL, I.P	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/08	24,60	2017/11/08 2017/11/13
260	T P	503201138	VICTORIA SEGUROS, S.A	0035-0000033230 CHQ-TB-5094	2017/11/08	64,79	2017/11/08 2017/11/13
261	T P	500746427	IASFA/ADM - REPARTIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0035-0000033230 CHQ-TB-5089	2017/11/08	35,04	2017/11/08 2017/11/14
262	T P	508263239	ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DO MUNICIPIO DE REDONDO	0035-0000033230 CHQ-TB-5095	2017/11/08	2.199,79	2017/11/08 2017/11/14
263	T P	500912742	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRACAO LOCAL	0035-0000033230 CHQ-TB-5092	2017/11/08	553,32	2017/11/08 2017/11/14
264	T P	501229450	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL	0035-0000033230 CHQ-TB-5093	2017/11/08	36,42	2017/11/08 2017/11/13
265	T P	228588405	ANA RITA DO CARMO GRENHO	0035-0000033230 CHQ-TB-5087	2017/11/08	30,22	2017/11/08 2017/11/14
266	T P	213307375	MARIA HELENA PISTOLA ROSADO	0035-0000033230 CHQ-TB-5086	2017/11/08	100,00	2017/11/08 2017/11/13
267	T P	231804784	VERA LUCIA NOBRE ALHAIS REBELO	0035-0000033230 CHQ-TB-5088	2017/11/08	100,00	2017/11/08 2017/11/14
268	T P	600006662	DIRECCÃO NACIONAL DA POLICIA DE SEGURANCA PÚBLICA	0035-0000033230 CHQ-TB-5096	2017/11/08	41,93	2017/11/08 2017/11/13
269	T P	500909539	SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO	0035-0000033230 CHQ-TB-5091	2017/11/08	19,00	2017/11/08 2017/11/13
270	T P	500792968	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	CX-	2017/11/08	11.528,36	2017/11/08 2017/11/13
271	T P	503057860	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA E SEGURANCA SOCIAL	CX-	2017/11/08	14.033,15	2017/11/08 2017/11/15
2103	F P	500077568	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	0035-0000033230 CHQ-	2017/07/19	958,87	2017/07/19 2017/11/16
2683	F P	500077568	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA	0035-0000033230 CHQ-	2017/10/18	974,99	2017/10/18 2017/11/16
2735	F P	507490436	Rodamoz - Reboque e Automóveis de Estremoz, Lda	0035-0000033230 CHQ-31003	2017/10/24	106,27	2017/10/24 2017/11/08
2737	F P	502120070	Konica Minolta Business Solutions Portugal, unipessoal, lda	0035-0000033230 CHQ-TB-4903	2017/10/24	4.735,17	2017/10/24 2017/11/06
2744	F P	503772879	MOVIMOLA - SERRALHARIA CIVIL, LDA	0035-0000033230 CHQ-TB-4921	2017/10/25	1.001,79	2017/10/25 2017/11/06
2758	F P	190963549	Joao Carlos Caeiro	0035-0000033230 CHQ-31002	2017/10/26	500,00	2017/10/26 2017/11/08
2763	F P	211750310	ANTONIA OLIMPIA MATIAS SARNADINHA	0035-0000033230 CHQ-31001	2017/10/27	12,30	2017/10/27 2017/11/08
2772	F P	501515976	SOCIEDADE COM MAT CONST REDONDENSE, LDA	0035-0000033230 CHQ-TB-4971	2017/10/27	175,71	2017/10/27 2017/11/06
2966	F P	502856459	SERTORIANA - IMOBILIÁRIA RENOVADORA, LD*	0035-0000033230 CHQ-31010	2017/11/02	150,00	2017/11/02 2017/11/15
2967	F P	504615947	Meo - Servicos de Comunicacoes E Multimedia, S.a.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/03	40,17	2017/11/03 2017/11/13
2968	G P	509651330	PORTVIAS - PORTAGEM DE VIAS, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/03	5,37	2017/11/03 2017/11/14
2969	G P	109697871	AUTA DOMINGAS FILIPE PINHEIRO	0035-0000033230 CHQ-31011	2017/11/03	29,11	2017/11/03 2017/11/07
2970	G P	501515178	REDONDENSE FUTEBOL CLUBE	0035-0000033230 CHQ-TB-5040	2017/11/03	150,00	2017/11/03 2017/11/13
2971	G P	501427465	CENTRO CULTURA RECREIO E DESPORTO POROS DA FONTE SECA	0035-0000033230 CHQ-TB-5039	2017/11/03	150,00	2017/11/03 2017/11/14
2972	G P	502222530	NUCLEO DE ANDEBOL DE REDONDO	0035-0000033230 CHQ-TB-5041	2017/11/03	379,00	2017/11/03 2017/11/14
2973	G P	500960046	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/07	105,35	2017/11/07 2017/11/13
2974	F P	500747016	SANTA CASA MISERICORDIA DE REDONDO	0035-0000033230 CHQ-TB-5090	2017/11/08	2.218,00	2017/11/08 2017/11/13
2975	G P	500792968	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES	CX-	2017/11/08	24.907,36	2017/11/08 2017/11/13
2976	G P	503057860	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA E SEGURANCA SOCIAL	CX-	2017/11/08	29.652,18	2017/11/15 2017/11/15
2977	F P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/09	382,14	2017/11/09 2017/11/13
2978	F P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/09	234,96	2017/11/09 2017/11/14
2979	F P	503504564	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/09	115,90	2017/11/09 2017/11/15
2980	F P	503504564	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/09	80,53	2017/11/09 2017/11/15
2981	F P	507846044	EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/09	131,58	2017/11/09 2017/11/15
2982	G P	501525882	BANCO COMERCIAL PORTUGUES S.A.	0033-45359603176 CHQ-	2017/11/09	48,40	2017/11/09 2017/11/13
2983	G P	159934362	JOEL MARTINS COELHO	0035-0000033230 CHQ-31012	2017/11/10	1.320,00	2017/11/10 2017/11/10
2986	G P	503057860	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA E SEGURANCA SOCIAL	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/13	16.917,75	2017/11/15 2017/11/15
2987	G P	501290338	ASSOCIACAO DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE REDONDO	0035-0000033230 CHQ-TB-5133	2017/11/13	1.871,13	2017/11/13 2017/11/16
2988	G P	274005514	Daniela Cristina Gomes Mataloto	0035-0000033230 CHQ-TB-5132	2017/11/13	15,00	2017/11/13 2017/11/16
2989	F P	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	0035-0000033230 CHQ-	2017/11/13	81,54	2017/11/13 2017/11/16
2990	F P	507039440	REPSOL GÁS PORTUGAL, S.A.	0035-0000033230 CHQ-TB-5136	2017/11/13	2.396,64	2017/11/13 2017/11/16
2992	F P	509647197	Crafty - Papers & Company, lda	0035-0000033230 CHQ-TB-5139	2017/11/13	51,96	2017/11/13 2017/11/16
2993	F P	510082440	EBORPAPERS	0035-0000033230 CHQ-TB-5140	2017/11/13	121,03	2017/11/13 2017/11/16
				A TRANSPORTAR ...		143.174,59	

ENTIDADE	LISTA DE ORDENS DE PAGAMENTO	DATA	ANO	PAGINA
MR		2017/11/17	2017	2



ORDEM DE PAGAMENTO			Contrib.	ENTIDADE Nome	DESCRIÇÃO	EMISSÃO		AUTORIZAC	PAGAMENTO
Número	Recibo	T E				Data	Valor	Data	Data
2994		F P	502522380	RODOVIÁRIA DO ALENTEJO S.A.	0035-00000033230	2017/11/13	143.174,59		
3010		G P	7	CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	CHQ-TB-5138 FMI-	2017/11/17	4.701,45 344,31	2017/11/13 2017/11/17	2017/11/17 2017/11/17
					TOTAL ...		148.220,35		